

**O LUGAR DA ANTROPOLOGIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA
NO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE
ETNOCENTRISMO, RACISMO, IDENTIDADE ÉTNICA E
INTERSECCIONALIDADE**

**THE PLACE OF ANTHROPOLOGY IN HIGH SCHOOL
SOCIOLOGY TEACHING: REFLECTIONS ON THE CONCEPTS
OF ETHNOCENTRISM, RACISM, ETHNIC IDENTITY AND
INTERSECTIONALITY**

Alex Castro de Brito¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9859-5194>

David Junior de Souza Silva²

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2336-4870>

Enviado em: 06/12/2024

Aceito em: 20/01/2025

Publicado em: 08/02/2025

Resumo: Este artigo tem como objetivo desenvolver teoricamente alguns conceitos antropológicos a partir das aulas de Sociologia ministradas no ensino médio de uma escola pública da periferia da cidade de Macapá. Para tanto, uma pesquisa bibliográfica foi realizada como apoio ao planejamento das aulas de Sociologia, que abordam temáticas como raça, racismo, discriminação, violência, tolerância, identidade, cultura, diversidade, entre outras. O pensamento antropológico nas aulas no ensino médio é frequentemente utilizado e adaptado pelos professores de Sociologia como um importante instrumento teórico-conceitual para debates e reflexões sobre as diversas realidades sociais, étnicas, religiosas, culturais, políticas, vivenciadas pelos estudantes em suas interações sociais, dinâmicas e complexas que caracterizam o contexto escolar.

Palavras-chave: Teoria sociológica. Pensamento antropológico. Diversidade cultural. Sociologia no ensino médio.

¹ Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. Mestrando do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO/UNIFAP. E-mail: ac_brito89@hotmail.com.

² Professor do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO/UNIFAP) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA). Cientista Social, Doutor em Geografia. E-mail: davi_rosendo@live.com.

Abstract: The aim of this article is to theoretically develop some anthropological concepts based on the Sociology classes taught in the secondary school of a public school on the outskirts of the city of Macapá. To this end, a bibliographical survey was carried out to support the planning of Sociology classes, which deal with themes such as race, racism, discrimination, violence, tolerance, identity, culture, diversity, among others. Anthropological thinking in high school classes is often used and adapted by sociology teachers as an important theoretical-conceptual tool for debates and reflections on the various social, ethnic, religious, cultural and political realities experienced by students in their dynamic and complex social interactions that characterize the school context.

Keywords: Sociological theory. Anthropological thinking. Cultural diversity. Sociology in secondary education.

Introdução

Pensamento antropológico é um recorte conceitual utilizado neste artigo para fins didáticos e problematiza o fato de que não há oficial ou institucionalmente a disciplina de Antropologia Social constituída no ensino médio como ocorre com o ensino de Sociologia, História, Filosofia e Geografia, que aparecem legalmente amparadas como as Humanidades, isto é, garantem a presença das Ciências Humanas no ensino médio já consolidadas. Levando em consideração que área de conhecimento das Humanidades não obriga o professor a abordar a Antropologia em suas aulas no ensino médio, essa importante ciência passa a ser estimulada em sala de aula a partir de critérios parciais e subjetivos do profissional de Sociologia, avaliando se aborda ou não o pensamento antropológico em suas aulas nas escolas públicas.

Há no cenário educacional brasileiro reformas e mais reformas que não apontam para uma solução do problema, pelo contrário, criam mais instabilidades e incertezas. Uma espécie de “novo do novo” é, portanto, uma crítica realizada aqui a essas reformas realizadas no ensino médio, que isentaram os estados brasileiros, através de suas Secretarias de Educação, da obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas séries de 3º Ano do ensino médio, causando polêmicas, indignações e mais ataques, que são históricos, à presença e permanência da Sociologia na educação básica. Em seguida, os educadores foram surpreendidos, pouco tempo depois, por uma

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

outra reforma, um tipo quase que autoritário de reformas da então reforma, que incluiu novamente o ensino de Sociologia em todos os anos do ensino médio, causando novas reviravoltas.

O “novo do novo” reforça que, ao longo de toda a história da educação no Brasil, nunca houve espaço definitivo para a Sociologia no ensino médio, nem para as ditas Humanidades e menos ainda para o ensino de Antropologia. O terreno conflituoso percorrido pela Sociologia no século XX demonstra que o ensino de Sociologia no ensino médio permanece graças às lutas, protestos, reivindicações de sindicatos, organizações sociais e professores que militam nesse contexto político por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Nessa perspectiva, Bodart, Azevedo e Tavares (2020, p.222), destacam:

A compreensão do paulatino processo de reintrodução da Sociologia escolar nos estados brasileiros demanda, em grande medida, observar as lutas empreendidas por entidades profissionais e universidades. Contudo, as fontes primárias para um levantamento histórico meticuloso ainda são pouco conhecidas (em alguns casos inexistentes), o que limita a observação das especificidades. Por outro lado, há aspectos mais gerais que podem ser considerados e contrastados com as fontes disponíveis.

Ao dialogar com esse contexto, as pesquisas reforçam que, ao longo da história, não foi uma tarefa nada fácil para a Sociologia se manter como disciplina nas matrizes curriculares do ensino médio. Essa trajetória que também é política, se entrelaça a momentos de crise econômica, Ditadura Militar, cortes nos investimentos em educação, perseguições aos professores, censura, Fake News, ameaças de golpes de Estado, e uma série de outros acontecimentos bizarros que tornam a educação pública palco constante de intensos conflitos e debates.

No entanto, nos dias de hoje, é compreensível que a permanência do ensino de Sociologia no ensino médio, seu reconhecimento e legitimidade superaram e continuam a superar as barreiras e oposições de um país fortemente marcado por interesses econômicos de grupos poderosos, desigualdade social, instabilidades

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

políticas, sociais, crises econômicas, uma educação pública desvalorizada, sucateada e profundos cortes orçamentários.

Se o ensino da Sociologia nas escolas públicas consegue sobreviver a todos esses problemas históricos, é porque muitos intelectuais, professores, pesquisadores, estudantes, militantes, Universidades, lutaram e lutam diariamente para garantir o direito básico ao cidadão de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Esses vários protestos, lutas e reivindicações dos professores de Sociologia e de parte da sociedade civil organizada pela permanência do ensino de Sociologia no ensino médio resultaram na assinatura em 2 de junho da Lei Federal nº. 11.684/08, que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio de todo o país.

Com essa regulamentação, o ensino das Ciências Sociais (incluindo a Antropologia e a Ciência Política) passou a estar relacionados agora ao ensino de Sociologia. Sobre esse importante aspecto de mudanças causadas por força da Lei nº. 11.684/08, Fontes (2016, p. 20), ressalta que:

O ensino da Antropologia na Educação Básica está ligado à disciplina Sociologia que, desde 2011, está efetivamente inserida no ensino médio de toda a rede de ensino brasileira e, apesar da nomenclatura, todas as diretrizes curriculares específicas indicam que seus conteúdos devem contemplar as Ciências Sociais, incluindo a Antropologia e a Ciência Política (cf. PCNEM+ e OCNEM). Pela primeira vez, em 2012, a disciplina fez parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que distribuiu livros didáticos para estudantes de escolas públicas no país.

O ensino de Sociologia no ensino médio contribui significativamente para uma educação pública, gratuita e de qualidade, mais inclusiva, tolerante às diferenças, antirracista e democrática. A abordagem teórica realizada neste estudo trata de um trabalho qualitativo que utilizou, como procedimento metodológico, uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e sites especializados. As aulas expositivas-dialogadas de Sociologia sobre conceitos consagrados à Antropologia como *raça*, *racismo*, *discriminação*, *etnocentrismo*, *identidade*, *alteridade*, *diversidade étnico-*

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

cultural, somadas aos debates realizados com os estudantes do 2º e 3º Ano do ensino médio, tem uma contribuição especial na consolidação das bases teóricas, conceituais e metodológicas neste exercício de reflexão sobre a presença da Antropologia nas aulas de Sociologia. Nesse contexto, destacam-se outras questões antropológicas que fundamentam esta análise, como as desigualdades, exclusão social, racismo no mercado de trabalho, homofobia, direitos humanos, cidadania, que também são discussões sempre presentes nas aulas de Sociologia no ensino médio e tem como base os estudos antropológicos.

Essas temáticas, dessa maneira, fazem parte do cotidiano de muitos estudantes negros, pobres, marginalizados, periféricos. A permanência do ensino de Sociologia no ensino médio e a continuidade desses debates nas salas de aulas auxiliam na fundamentação teórica de professores e estudantes nesse processo de construção de suas identidades culturais, relações étnico-raciais, visões de mundo e políticas. Como consequência, todas essas discussões no contexto escolar contribuem diretamente para a formação de um espírito crítico, reflexivo, autônomo, atuante politicamente. O ensino de sociologia juntamente com as outras Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política), pode ajudar na consolidação de uma sociedade mais justa socialmente e com mais igualdade de condições e oportunidades.

Problematizando os Conceitos de *Raça* e *Cultura*: Uma Aula Introdutória de Pensamento Antropológico no Ensino Médio

Uma contribuição importante para esse debate é a do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Em seu texto *Raça e História*, o autor discute a desconstrução antropológica da noção de raças como superiores e inferiores, Lévi-Strauss (1976, p. 1): “nada, no estado atual da ciência, permite afirmar a superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação a outra”. Os estudos etnológicos, segundo Lévi-Strauss, permitem demonstrar o retrocesso que havia no pensamento

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

ocidental ao diferenciar os grupos humanos a partir de caracteres biológicos e fenotípicos. O autor argumentava a favor do entendimento de culturas no plural, ou diversidade das culturas humanas e que: “esta diversidade intelectual, estética, sociológica não está ligada por nenhuma relação de causa e efeito àquele que existe, no plano biológico” (*op. cit*, p.1).

Nesse sentido, não há uma hierarquização de raças como muitas vezes fomos ensinados incorretamente; isto é, não existem raças mais importantes em relação a raças menos importantes, essa classificação foi construída socialmente para legitimar relações de poder, dominação, escravização e práticas racistas ao longo da história da humanidade.

Desmistificando várias teorias e pensamentos racistas, o que existe é uma rica diversidade de culturas humanas em escala global e que essas culturas não se encontram estacionadas ou isoladas no contexto social. Sobre esse entendimento, Lévi-Strauss (1976. p.2), destaca: “a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo que estamos destinados a dela conhecer”.

É desse contato entre as diversas culturas e da descoberta das diferenças culturais que nasce a ideia de etnocentrismo, uma espécie de juízo de valor que subjugava determinadas *raças* (culturas) como sendo sem importância cultural e inferiores em relação as *raças* (culturas) ditas superiores, sobretudo a predominância e a dominação colonial da cultura branca europeia sobre a cultura negra e indígena de países colonizados e explorados pela empresa capitalista, como é o caso do Brasil.

Lévi-Strauss faz alguns esclarecimentos e duras críticas a essa relação desigual, opressora e totalitária que os países europeus imprimiram em seus projetos imperialistas e coloniais para assegurar a ocupação e exploração de territórios, povos, culturas, causando pobreza, escassez de recursos naturais, extermínio de grupos étnicos e escravização de sua população. De acordo com o autor (1976, p.21):

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

porque, se a nossa demonstração é válida, não existe e nem pode existir uma civilização mundial no sentido absoluto que damos a este termo, uma vez que a civilização implica a coexistência de culturas que oferecem entre si a máxima diversidade e consiste mesmo nessa coexistência. A civilização mundial só poderia ser coligação, à escala mundial, de culturas que preservassem cada uma a sua originalidade.

Outra contribuição essencial para esse debate é a Antropologia Hermenêutica do antropólogo americano Clifford Geertz (1926-2006). O autor defende a ideia de que a cultura não é um fenômeno estático ou, como disse Lévi-Strauss anteriormente, estacionário, mas, a cultura representa uma intensa e complexa produção de conhecimento que se estende muito além da tradicional e etnocêntrica definição de cultura criada pelo antropólogo britânico E. B. Tylor.

Segundo Geertz (2017), as culturas somente podem ser interpretadas – isso significa uma definição mais específica e complexa do conceito de cultura –, e sua produção e significados se dão de maneira socialmente estabelecidos e a ciência interpretativa busca, exatamente o significado da cultura semiótica e dos símbolos manifestados no comportamento humano. Outra questão também interessante levantada pelo autor é que os padrões culturais são dinâmicos e estão em constante transformação e em constante processo de ressignificação cultural e simbólica.

A compreensão de etnocentrismo na visão de Geertz, de certa maneira, dialoga com o pensamento de Lévi-Strauss. Em seu já citado trabalho *Raça e História*, a noção de cultura se torna central em sua análise: “porque todos os homens sem exceção possuem uma linguagem, técnicas, arte, conhecimentos de tipo científico, crenças religiosas, organização social, econômica e política” (p.13).

Stuart Hall (2006) argumenta que esse contexto social de profundas transformações, também observadas por Lévi-Strauss (1976) e Geertz (2017), contribui para um intenso fluxo de culturas e identidades no mundo globalizado, levando muitas vezes determinados grupos étnicos se considerarem superiores ou mais importantes que outros grupos, legitimando as relações de dominação, exploração, práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas. Por isso, os autores sempre fizeram, cada um a seu estilo, importantes críticas ao evolucionismo e ao darwinismo social, bases

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

da ação colonizatória europeia. Sobretudo no pensamento de Lévi-Strauss, fica mais evidente seu posicionamento em defesa e promoção do relativismo cultural, se colocando contrário à ideia de que todas as culturas passaram pelos mesmos estágios de evolução homogênea e em iguais condições.

Nesse contexto introdutório de debates teóricos utilizando conceitos e autores da Antropologia, foi que nos dias 18 e 25 de setembro de 2024 trabalhamos com as turmas do 2º e 3º ano do ensino médio os textos *O que é lugar de fala?* de Djamila Ribeiro (2017) e *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019), totalizando quatro aulas de Sociologia, distribuídas em duas semanas. O objetivo foi utilizar as leituras, seminários e as discussões realizadas nas disciplinas do PROFSOCIO: *Teoria Sociológica II e Marcadores Sociais da Diferença e Desigualdades* como base teórica-conceitual para o planejamento dessas duas semanas de aulas de *pensamento antropológico* no ensino de Sociologia no ensino médio. A temática escolhida para as aulas foi o racismo estrutural, institucional e velado, praticado no cotidiano escolar, e que, muitas vezes, observo na rotina da escola em que atuo. O próximo tópico deste texto trata, portanto, de uma breve descrição dessas duas semanas de aulas em que foi utilizado textos, conceitos, metodologias associadas à presença da Antropologia nas aulas de Sociologia no ensino médio.

Racismo, Resistência e a Construção da Identidade Negra: Reflexões Sobre o Lugar da Antropologia no Ensino de Sociologia no Ensino Médio

Este tópico tem como objetivo refletir, a partir da experiência de algumas aulas de Sociologia no ensino médio, o papel do movimento social negro e do movimento indígena na construção de uma sociedade mais democrática, participativa, tolerante e inclusiva, a partir da contribuição de alguns autores e conceitos da Antropologia Social. Tais temas abordados nas aulas, atribuídos aos estudos antropológicos, são contribuições fundamentais para a compreensão das dinâmicas de sala de aula e da

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

realidade educacional das escolas públicas. Para início de conversa, problematizamos a atuação desse fenômeno na contemporaneidade e sua importância para a afirmação e reafirmação da identidade negra, o combate ao racismo, o respeito à diversidade étnico-cultural e a criação de políticas públicas.

A fundamentação teórica desse debate é um universo de estudos e pesquisas que estão sendo realizadas no campo da Antropologia e da Sociologia. São os marcadores sociais da diferença e da desigualdade, neste caso específico, o racismo, a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a diversidade étnico-cultural.

O presente contexto, a partir de pesquisa qualitativa e bibliográfica realizadas pelas estudantes no laboratório de informática da escola, discute aspectos desse racismo singular praticado no cotidiano brasileiro (Rocha, 2009). Sabemos que o racismo no Brasil e, em particular, no contexto escolar, se trata de uma realidade social muito distante de ser superada e que os movimentos sociais negros e indígenas vêm atuando por mais representatividade política, inclusão, mobilidade social e políticas públicas. Portanto, é nessa perspectiva teórico-conceitual, que se insere essa sequência de aulas de Sociologia ministradas nas turmas de 2º e 3º ano do ensino médio numa escola localizada na periferia sul da cidade de Macapá.

Sobre essa atividade, começamos refletindo conceitos como *cultura* e *identidade*, que são amplamente discutidos nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia Social. A partir de experiências etnográficas ou simplesmente bibliográficas, é possível caracterizar e contextualizar esses dois importantes fenômenos para compreensão das relações sociais, étnico-culturais, políticas e econômicas. Denys Cucche, em sua obra *A noção de cultura nas Ciências Sociais*, argumenta que “a noção de cultura se aplica unicamente ao que é humano” (p.13, 1999). Essa observação é um ponto de partida para se pensar a problemática cultural exclusiva das relações humanas, identitárias e das dinâmicas sociais. Stuart Hall (2006) destaca que a identidade é um fenômeno categoricamente marcado pela diferença e distinção cultural. As transformações sociais, políticas e econômicas,

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

chamadas por ele de pós-modernidade tardia, contribuíram para o nascimento de um fenômeno desafiador para as Ciências Sociais, o *hibridismo cultural*, e consequentemente as crises de identidade cultural na pós-modernidade.

Nessa perspectiva, o sociólogo francês Michel Wieviorka (2007), explica como esse desdobramento das relações étnico-culturais se manifesta de diferentes maneiras e que variam de contextos históricos, políticos e sociais. O século XX é um exemplo dessa mudança de categoria do racismo: avanço do racismo cientificamente legitimado para um racismo estrutural, institucionalizado, universalista e, no caso brasileiro, singular (Rocha, 2009).

A formação social da nossa realidade, de herança colonial, patriarcal e de escravização do sujeito negro e indígena está inserida nesse contexto de violência, sofrimento, dor, discriminação étnico-cultural e racismo. Historicamente, as populações negras sofrem os impactos direto desses processos descritos anteriormente e estão conseguindo se organizar coletivamente para reivindicar direitos, dignidade e cidadania. Do mesmo modo em relação a outras realidades sociais, o racismo praticado em Macapá tem suas particularidades históricas e institucionais, sendo entendido de diferentes maneiras por conta da existência também de contextos diversificados.

Os protestos por políticas afirmativas, inclusão social, re-existência e representatividade política são vistos como instrumentos democráticos transformadores que se entrelaçam e sustentam as pautas de reivindicações dos grupos historicamente conhecidos como minorias sociais. No Dicionário de Política (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998), os movimentos sociais são caracterizados como a ação coletiva e organizada no sentido de pressionar o Estado à adoção de políticas sociais, na expectativa de melhorar a vida dos cidadãos e garantir o cumprimento de seus direitos. No trabalho de Maria da Glória (2008), é possível identificar uma análise geral das características históricas dos movimentos sociais na América do Sul, do ponto de vista político, econômico, social e, sobretudo, cultural, com crescente participação dos movimentos sociais de natureza étnica e identitária.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

A forma mais democrática de combater a criminalização dos protestos, a ausência do Estado no cumprimento dos dispositivos legais, a discriminação e o racismo, é usar da liberdade como direito fundamental do cidadão para se organizar coletivamente, se manifestar e exigir que seus direitos sejam cumpridos. É preciso, portanto, levantar as bandeiras de lutas, as pautas de reivindicações, ampliar a noção de cidadania e fortalecer os Direitos Humanos. Em outras palavras, cobrar e pressionar o Estado para cumprir os direitos individuais e coletivos garantidos na Constituição brasileira de 1988, criar novos direitos que possibilitem a inclusão, a justiça, o acesso às oportunidades e a consolidação de uma educação antirracista no país.

O respeito, a liberdade, o acesso ao mercado de trabalho, as vagas nas Universidades, a inclusão, mobilidade social e a criação de políticas afirmativas são pautas históricas dos Movimentos Sociais Negros e Indígenas no Brasil. Essas bandeiras de luta são extremamente necessárias, porque a homofobia, o racismo, a desigualdade de gênero, a exclusão, as relações de poder e dominação e, sobretudo, a violência intrafamiliar são fenômenos interseccionais opressores da realidade brasileira. Nessa perspectiva, a atuação do Movimento Social Negro e do Movimento Indígena tem possibilitado uma maior organização coletiva e resistência ao às opressões cotidianas do racismo institucionalizado e enfrentamento a desigualdade social, exigindo mais igualdade de oportunidades, respeito, valorização e preservação da diversidade étnico-cultural.

Como trabalhado nas obras de Grada Kilomba (2019) e Djamila Ribeiro (2017), é fundamental um trabalho de formação, acesso à educação antirracista e representatividade do da pessoa negra e indígena. Esse processo constante de luta visa garantir mais tolerância, dignidade e cidadania aos grupos humanos que a história persiste em silenciar, amordaçar, oprimir. Os protestos e movimentos sociais na contemporaneidade garantem e legitimam o lugar de falar das comunidades negras e indígenas no combate contra o racismo cotidiano e contra os estereótipos impostos

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

pelo colonizador, para que, nesse sentido, possam re-existir, construir e contar suas próprias histórias, valorizar, proteger as tradições e a diversidade étnico-cultural.

As dinâmicas das aulas de pensamento antropológico presentes nas aulas de Sociologia no ensino médio se deram da seguinte maneira. Nas duas primeiras aulas copiamos no quadro uma breve explicação sobre o conceito de lugar de fala da Djamilia Ribeiro (2017, p.2). Usamos uma citação da obra para exemplificar *lugar de fala*:

É importante pontuar que essa coleção é organizada e escrita por mulheres negras e indígenas, e homens negros de regiões diversas do país, mostrando a importância de pautarmos como sujeitos as questões que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e não sermos tão somente capítulos em compêndios que ainda pensam a questão racial como recorte.

Ao apresentar o conceito *lugar de fala*, destaca-se a necessidade de compreender que todos têm um lugar de fala e que isso significa dizer que as pessoas falam a partir de suas realidades sociais e são motivadas a interpretar o mundo social a partir de suas experiências pessoais e coletivas; e que esses lugares são caracterizados pelas disputas de poder e que a pessoa negra e a pessoa indígena vêm ocupando espaços que antes lhe foram negados ao longo da história e se fazendo ouvir na sociedade através de inúmeros canais de protestos, reivindicações, lutas políticas e ações afirmativas.

Ao abordar a importância da fala, da voz, de se pretender usar a voz, do se fazer falar e se fazer ouvir, segundo momento de nossa aula, foi quando utilizamos uma parte da obra de Grada Kilomba para analisar com a turma o processo histórico de silenciamento do sujeito negro e a importância do lugar de fala como instrumento político de existência e resistência das comunidades negras e das comunidades indígenas frente às condições históricas de colonização, escravização e racismo estrutural. Nesse momento, reproduzimos no datashow em sala de aula um trecho da obra de Grada Kilomba em que a escravizada Anastácia foi retratada amordaçada, silenciada, e pedimos para que os estudantes fizessem uma relação entre o retrato de Anastácia, o conceito de lugar de fala e as relações étnico-raciais no cotidiano da escola e em sua realidade social a partir da máscara colocada em Anastácia.

E para finalizar essas duas primeiras aulas do dia 18 de setembro pedimos para que os estudantes ouvissem comigo a música “Lugar de fala” do compositor Mombaça, nome artístico de Genilson dos Santos, que é um cantor, compositor, diretor e produtor musical brasileiro. Levantei o debate com a turma em torno dessa composição de forte crítica social, em que o clipe da música é inteiramente composto por mulheres negras, que ao cantarem e protestarem através da música, reforçam o papel das lutas políticas por representatividade, direitos, cidadania, respeito, segurança, inclusão social.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

Não quero saber de outra no nosso lugar de fala
Mulher preta no poder pra poder poder
Não pisa na minha grama, não levanta minha saia
Mulher preta no poder pra poder poder
Mombaça. 'Lugar de Fala'. (2016)

Com a canção, também apresentamos o conceito de interseccionalidade, exemplificado com a música de Mombaça e os estereótipos sobre a mulher negra ser vista como o “outro” do “outro”. Nesse contexto, fizemos uma análise comparativa entre o retrato de Anastácia com a máscara, a letra da música novamente, e uma postagem da artista e ativista trans brasileira Linn da Quebrada, em que ela aparece numa postagem feita na internet usando uma blusa com a mesma imagem de Anastácia presente na obra de Grada Kilomba, mas sem o uso das máscaras, símbolo da escravização.

Para finalizar a série de quatro aulas sobre racismo no cotidiano escolar e sua problematização a partir de conceitos como lugar de fala, marcadores sociais da diferença e da desigualdade como a questão de gênero, raça, classe e religião, estava na hora avaliar a aprendizagem dos estudantes. Então, na aula do dia 25 de setembro pedimos para que os estudantes se organizassem em cinco grupos e distribuimos para cada grupo uma pergunta norteadora. Em seguida fizemos vários debates tendo como base os conceitos trabalhados na aula do dia 18 de setembro e a pergunta norteadora que eu entreguei para cada grupo.

Os grupos fizeram entre si uma exposição sobre fatos envolvendo o racismo cotidiano tendo como reflexão suas próprias realidades tanto dentro como fora da escola. O lugar de fala prevaleceu como reação ao silenciamento imposto aos grupos sociais minoritários e os estudantes se posicionaram contra as formas de racismo, silenciamento, opressão. Destacaram que as práticas racistas são cotidianas e tem como consequência a dor, o sofrimento e por vezes o luto causado nas pessoas. E destacaram que uma educação antirracista deve se tornar uma pauta de debate obrigatória e urgente nas escolas, nas comunidades, nos meios políticos e na criação

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

de legislações educacionais antirracistas no Brasil. E para concluir nossa quarta aula, pedimos para que cada grupo pesquisasse uma música com conteúdo ativista político e colocasse para turma ouvir, refletir e debater os temas retratados na canção de sua escolha.

Assim, através das aulas de Sociologia no ensino médio, foi possível proporcionar aos estudantes uma série de reflexões, análises e questionamentos sobre a realidade social a partir do pensamento antropológico em que estão inseridos e as relações sociais que desempenham no contexto escolar. Problematicamos o etnocentrismo, as relações étnico-raciais, o racismo institucional e o racismo velado, criticamos o processo histórico de colonização do pensamento, o silenciamento dos povos indígenas e afrodescendentes, as visões etnocêntricas de culturas inferiores *versus* superiores, desnaturalizamos as piadas, brincadeiras e os risos que giram em torno das questões raciais, de gênero, religião e classe social. Essas quatro aulas foram importantes para que os estudantes entendam a importância de desmistificar as relações sociais de dominação e legitimem também seu lugar de fala e combatam as práticas racistas no contexto escolar e levem esse conhecimento produzido socialmente na escola para suas comunidades e espaços de atuação e pertencimento.

Considerações Finais

O racismo no Brasil, sem sombra de dúvida, apresenta diferentes fases e contextos, entre eles estão o racismo velado e institucional. A escola deve desempenhar um papel político de atuação nessa realidade, criando projetos pedagógicos de intervenção e intermediação, apontando um caminho seguro, participativo, democrático para os estudantes e as futuras gerações no combate às práticas racistas e discriminatórias.

Embora já tenha sido narrada anteriormente, as principais práticas racistas e discriminatórias na sociedade brasileira, é importante destacar também que existem,

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

em contrapartida inúmeros movimentos e manifestações populares que tentam não apenas combater o racismo, mas, sobretudo, resistir, afirmar e reafirmar a cultura e a identidade negra e indígenas.

Como sociedade, precisamos avançar muito ainda ao combate ao racismo, não somente em termos de legislação, direito, cidadania e assistência social, mas também em uma educação multicultural, que se preocupa com a valorização e o respeito as diferenças, a tolerância, as heranças ancestrais e a diversidade étnico-cultural brasileira – e a educação tem papel imprescindível nesse processo.

As lutas e os movimentos sociais pela equidade racial visam reconhecimento e afirmação a nível nacional da importância das culturas negras e indígenas e suas tradições para a formação social, étnica política e histórica brasileira. De acordo com Santos (2008, p.3):

A identidade negra surge, então, da dinâmica conflituosa entre a visão dominante eurocêntrica, que nega os referenciais negros, e a busca pela valorização desses referenciais por esse segmento da população. Ou seja, de um sentimento de perda, negação, constrói-se uma auto-imagem positiva e ativa da pessoa negra. É uma resposta política à situação de opressão na qual a população negra, descendente de africanos escravizados, se encontrou ao longo da história do Brasil.

Os movimentos pela equidade racial, de povos indígenas e afrodescendentes, são uma resposta democrática ao eurocentrismo e ao colonialismo, atuam pela valorização de sua identidade cultural e a desconstrução dos estereótipos e visões etnocêntricas que se formaram ao longo da história do Brasil a respeito dos povos negros e indígenas. Desmistificar e combater o etnocentrismo e o eurocentrismo se tornaram bandeiras de luta constante no cenário político nacional e a conquista da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08 que tornam obrigatórios o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Indígena nas matrizes curriculares das escolas brasileiras representam um marco legal significativo para a democracia e um avanço político essencial no campo do direito, da cidadania e do reconhecimento histórico e cultural.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

Nessa perspectiva, tanto o etnocentrismo quanto o racismo são fenômenos históricos que precisam ser analisados, debatidos, compreendidos e enfrentados, sobretudo no espaço escolar. E as aulas de Sociologia no ensino médio, com aporte do conhecimento Antropológico, exercem participação direta no combate e desnaturalização das relações sociais racistas, discriminatórias e opressoras.

Portanto, a escola deve desempenhar um papel político de atuação nesse cenário, criando projetos educacionais de intervenção, participação da comunidade e intermediação entre as realidades vivenciadas pelos jovens, apontando um caminho seguro e democrático para os estudantes e as futuras gerações no combate as práticas racistas e discriminatórias. Assim, essas temáticas podem ser cotidianamente problematizadas através do pensamento antropológico presente nas aulas de Sociologia no ensino médio, e os resultados dessas reflexões e discussões poderão refletir em uma sociedade mais justiça social, tolerante e com igualdade de condições e oportunidades.

Referências

BODART, Cristiano das Neves; AZEVEDO, Gustavo Cravo de; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no ensino médio brasileiro e os cursos de Ciências/Sociologia (1984-2008). *Debates em Educação*, Vol. 12, N. 27, Maio/Ago. 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.

- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- FONTES, Bárbara de Souza. A antropologia na educação básica: uma análise de três livros didáticos. *Revista Perspectiva Sociológica*, Número 17, 1º Sem. 2016.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v.21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1.ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro: LTC, 2017.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro- 11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: *Os pensadores* – Claude Lévi-Strauss. São Paulo: Abril Cultural. 1976. p. 51-93.
- MOMBAÇA. *Lugar de Fala* (música e videoclipe). 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=inRHF2R-bOU>.
- QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA; Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. 2. ed. revista e atualizada. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- ROCHA, Emerson. Cor e dor moral: sobre o racismo na ralé. In. SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 353-383.
- SILVA, Luciano Ferreira da Silva; RUSSO, Rosária de Fátima Segger Macri; OLIVEIRA, Paulo Sérgio Gonçalves de. Quantitativa ou Qualitativa? um alinhamento entre pesquisa, pesquisador e achados em pesquisa social. *PRETEXTO*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v19i4.5647>. Acesso em: 17/10/2024.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap) Macapá, v. 10, n. 1, 2024.



SANTOS, Rosenverck Estrela. Educação étnico-racial no Brasil: monoculturalismo e a construção da identidade negra. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 91, dezembro de 2008.

WIEVIORKA, Michel. *Racismo: uma introdução*. Coleção: Debates – vol. 308, 2007.

<https://periodicos.unifap.br/estacaocientifica>

Revista do Departamento de Letras e Artes (Depla) da Universidade Federal do Amapá (Unifap)
Macapá, v. 10, n. 1, 2024.